

## JOSÉ GABRIEL PINTO COELHO

Legislaturas: I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI.

### Data de nascimento

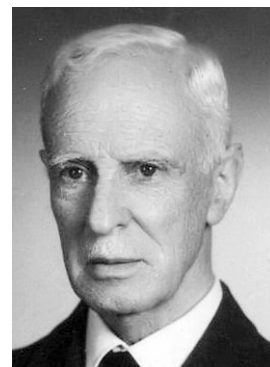
- 1886-03-18.

### Localidade

- Lisboa.

### Data da morte

- 1978.



### Habilitações literárias

- Licenciatura em Direito pela Universidade de Coimbra (1908);
- Doutoramento em Direito pela Universidade de Coimbra (1909).

### Profissão

- Professor universitário;
- Jurisconsulto;
- Administrador de empresas.

### Perfil político-ideológico

- Presidente da direcção nacional da Liga Católica;
- Comissário da Mocidade Portuguesa;
- Membro da Junta Consultiva da União Nacional.

### Carreira profissional

- 1910 – Presta provas para Lente substituto, tornando-se professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
- 1916 – Ingressa no corpo redactorial da *Revista de Legislação e Jurisprudência*;
- 1919 – Transferido a seu pedido para a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- 1927 – Administrador da Companhia de Seguros Açoreana;
- 1926-1929 – Presidente da Assembleia Geral da Companhia Colonial do Buzi (subsidiária da Companhia de Moçambique);
- 1929 – Vogal do Conselho Fiscal da Companhia Cerâmica de Telheiras;
- Administrador da Sociedade Nacional de Fósforos;
- Administrador da Sociedade Portuguesa de Administrações.
- 1931 – Vogal do Conselho de Administração do Banco Nacional Ultramarino;
- 1936-1937 – Director da Faculdade de Direito;
- 1956 – Reitor da Universidade de Lisboa.

### Carreira político-administrativa

- Procurador à Câmara Corporativa em todas as legislaturas, designado pelo Conselho Corporativo.

### Carreira parlamentar

Legislaturas	Secções
I	18. <sup>a</sup> – Política e administração geral.
II	10. <sup>a</sup> – Indústrias têxteis ( <i>Assessor</i> ); 13. <sup>a</sup> – Crédito e previdência ( <i>Assessor</i> ); 20. <sup>a</sup> – Política e administração geral.
III	10. <sup>a</sup> – Indústrias têxteis ( <i>Assessor</i> ); 13. <sup>a</sup> – Crédito e previdência ( <i>Assessor</i> ); 20. <sup>a</sup> – Política e administração geral.
IV	Presidente da Câmara Corporativa*; Conselho da Presidência ( <i>Presidente</i> ); Comissão de Verificação de Poderes; 10. <sup>a</sup> – Indústrias têxteis ( <i>Assessor</i> ); 13. <sup>a</sup> – Crédito e previdência ( <i>Assessor</i> ); 20. <sup>a</sup> – Política e administração geral.
V	Conselho da Presidência; Comissão de Verificação de Poderes; 13. <sup>a</sup> – Crédito e previdência; 15. <sup>a</sup> – Ciências e letras ( <i>Assessor</i> ).
VI	Conselho da Presidência; Comissão de Verificação de Poderes; I – Interesses de ordem espiritual e moral; XII – Interesses de ordem administrativa ( <i>3.<sup>a</sup> Subsecção – Justiça</i> ).

VII	Comissão de Verificação de Poderes ( <i>Presidente</i> ); Conselho da Presidência; I – Interesses de ordem espiritual e moral ( <i>Assessor</i> ); XII – Interesses de ordem administrativa ( <i>3.ª Subsecção – Justiça</i> ).
VIII	Comissão de Verificação de Poderes ( <i>Presidente</i> ); Conselho da Presidência; I – Interesses de Ordem Espiritual e Moral ( <i>Assessor</i> ); XII – Interesses de Ordem Administrativa ( <i>3.ª Subsecção – Justiça</i> ).
IX	Comissão de Verificação de Poderes ( <i>Presidente</i> ); Conselho da Presidência; I – Interesses de ordem espiritual e moral ( <i>Assessor</i> ); XII – Interesses de ordem administrativa ( <i>3.ª Subsecção – Justiça</i> ).
X	Comissão de Verificação de Poderes ( <i>Presidente</i> ); Conselho da Presidência; XII – Interesses de ordem administrativa ( <i>3.ª Subsecção – Justiça</i> ).
XI	Comissão de Verificação de Poderes ( <i>Presidente</i> ); Conselho da Presidência; XII – Interesses de ordem administrativa ( <i>3.ª Subsecção – Justiça</i> ).

\* (1946-1949).

### **Pareceres subscritos/relatados** [Total: 169]

#### **I Legislatura (1935-1938)** [63]

- 1/I – Alterações à Constituição.
- 2/I – Instituições de previdência social (*Relator*).
- 5/I – Alterações à Constituição.
- 6/I – Alterações à Constituição.
- 9/I – Alterações à Constituição.
- 11/I – Organização sindical dos ferroviários.
- 14/I – Organismos superiores da defesa nacional.
- 15/I – Modificação de algumas disposições do Acto Colonial.
- 16/I – Isenção de contribuição predial.
- 20/I – Criação da representação diplomática na União Sul-Africana.
- 21/I – Seguros de vida dos funcionários públicos.
- 23/I – Construção de uma estátua ao Dr. Sidónio Pais.
- 25/I – Criação do conselho regulador dos preços máximos dos géneros indispensáveis à vida.
- 27/I – Defesa da instituição da família (*Relator*).
- 33/I – Cultura popular.
- 34/I – Expropriações de terrenos para a construção de aeródromos.
- 35/I – Construção de autódromos.
- 36/I – Vencimentos dos funcionários públicos.
- 37/I – Sociedades secretas.
- 39/I – Reorganização dos serviços de assistência aos tuberculosos do exército.
- 41/I – Alterações ao Acto Colonial.
- 45/I – Criação do fundo de cauções na Administração Geral dos Correios e Telégrafos (*Relator*).
- 46/I – Alterações à Constituição.
- 48/I – Criação do Instituto Nacional de Estatística.
- 52/I – Reconhecimento do direito de habitação numa propriedade do Estado ao Presidente do Conselho de Ministros, Ministro dos Negócios Estrangeiros e pessoas de família que com eles vivam.
- 54/I – Concentrações económicas.
- 57/I – Sindicâncias e inquéritos.
- 60/I – Vencimentos do Presidente do Conselho, Ministros e Subsecretários de Estado.
- 62/I – Pagamento da reparação civil por perdas e danos a que se refere o artigo 34.º do Código de Processo Penal (*Relator*).
- 63/I – Colocação nos serviços do Estado dos diplomados pelas escolas de ensino técnico profissional e composição e duração destas.
- 65/I – Representação na Câmara Corporativa das Academias e Institutos de Alta Cultura e Sociedades de Belas Artes.
- 66/I – Preenchimento das Viegas existentes no quadro de engenheiros dos serviços do Ministério das Obras Públicas.
- 67/I – Coligações económicas.
- 68/I – Reforma do Ministério da Educação.
- 71/I – Acidentes de trabalho.
- 72/I – Código Administrativo.
- 75/I – Utilização de automóveis do Estado.

- 76/I – Publicação de documentos expedidos para a boa execução das leis.
- 78/I – Autorização para o Governo celebrar contratos com certas empresas existentes em Angola.
- 79/I – Considerando feriado nacional o dia 28 de Maio (*Relator*).
- 84/I – Alterações à Constituição.
- 85/I – Alterações às bases para o novo Código Administrativo.
- 87/I – Alterações à Carta Orgânica do Império Colonial.
- 89/I – Casas dos Pescadores.
- 90/I – Modificação do regime estabelecido pela lei das sociedades secretas.
- 91/I – Regime jurídico do contrato de prestação de serviços (*Relator*).
- 92/I – Aplicação às colónias portuguesas da Convenção Internacional das Telecomunicações.
- 93/I – Repressão do exercício ilegal da profissão odontológica em Portugal.
- 97/I – Organização corporativa da agricultura.
- 99/I – Recrutamento e serviço militar.
- 103/I – Organização geral do exército.
- 104/I – Alteração ao regime jurídico do divórcio e da separação de pessoas e bens (*Relator*).
- 105/I – Propriedade industrial.
- 107/I – Alterações à Constituição.
- 108/I – Autorização ao Governo para contrair um empréstimo interno amortizável de 3<sup>1/02</sup> por cento.
- 109/I – Alterações à Constituição.
- 111/I – Regime administrativo das ilhas adjacentes.
- 115/I – Povoamento florestal.
- 116/I – Alterações à Constituição.
- 117/I – Venda ao Governo da União Sul-Africana de dois talhões na cidade de Lourenço Marques.
- 118/I – Construção dos Palácios de Justiça de Lisboa e Porto e de edificios destinados a outros serviços do Ministério da Justiça.
- 121/I – Estatuto Jurídico dos Caminhos de Ferro.
- 123/I – Colonização interna.

## II Legislatura (1938-1942) [12]

- 3/II – Regulação do exercício da profissão médica por estrangeiros.
- 6/II – Reorganização dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa.
- 11/II – Navegação para as colónias.
- 13/II – Portugueses em situação militar irregular que desejem visitar o País em 1940.
- 14/II – Supressão da autonomia administrativa ou financeira nos estabelecimentos de ensino subordinados ao Ministério da Educação Nacional.
- 15/II – Contribuições e impostos, execuções fiscais, dívidas à Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência e aos Hospitais Cívicos e avaliações de prédios.
- 16/II – Regresso da denominação da Ilha do Pico à de Ilha de S. Dinis.
- 18/II – Acção colonizadora do Estado.
- 19/II – Concordata e Acordo Missionário.
- 21/II – Promoção de oficiais do Exército ou da Armada que desempenhem os cargos de Ministro ou de Subsecretário de Estado.
- 23/II – Condicionamento da actividade dos engenheiros e outros técnicos estrangeiros em Portugal.
- 25/II – Autorização ao Governo para emitir um empréstimo consolidado de 3<sup>1/2</sup> por cento.

## III Legislatura (1942-1945) [12]

- 2/III – Nacionalização de capitais de diversas empresas.
- 3/III – «Casal da Escola».
- 4/III – Fiscalização das sociedades por acções.
- 5/III – Criação do Conselho de Fomento.
- 8/III – Convenção Ortográfica Luso-Brasileira.
- 9/III – Estatuto da Assistência Social.
- 10/III – Reabilitação dos delinquentes e jurisdicionalização do cumprimento das penas e das medidas de segurança.
- 11/III – Concessões de terrenos no ultramar.
- 17/III – Construção de casas de rendas económicas.
- 21/III – Assistência psiquiátrica.
- 23/III – Coordenação de transportes terrestres.
- 24/III – Alterações à Constituição e ao Acto Colonial.

#### **IV Legislatura (1945-1949) [19]**

- 2/IV – Organização hospitalar.
- 4/IV – Acordos entre os Governos de Portugal e da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre serviços aéreos entre os territórios português e britânico e através deles.
- 6/IV – Foros.
- 8/IV – Alterações à Carta Orgânica do Império Colonial Português.
- 9/IV – Legislação eleitoral.
- 11/IV – Expropriações.
- 14/IV – Autorização de receitas de despesas para 1947.
- 15/IV – Restabelecimento dos lugares dos administradores de concelho.
- 16/IV – Inquilinato.
- 18/IV – Remição de censos, quinhões e direitos compáscuos.
- 20/IV – Imposto sobre sucessões e doações.
- 24/IV – Receitas e despesas para 1948.
- 26/IV – Feriados e dia de descanso semanal.
- 29/IV – Questões conexas com o problema da habitação.
- 30/IV – Autorização de receitas e despesas para o ano de 1949.
- 32/IV – Ensino particular.
- 36/IV – Regulamento das Estradas Nacionais.
- 37/IV – Amnistia aos crimes políticos e faltas disciplinares.
- 39/IV – Tratado do Atlântico Norte.

#### **V Legislatura (1949-1953) [4]**

- 2/V – Da criação de um Fundo de teatro.
- 3/V – Reforma do ensino das Belas-Artes.
- 11/V – Revisão do Acto Colonial.
- 43/V – Propriedade intelectual (*Relator*).

#### **VI Legislatura (1953-1957) [12]**

- 8/VI – Responsabilidade pelos encargos em matéria de assistência hospitalar.
- 13/VI – Registo da propriedade automóvel.
- 16/VI – Jurisdição dos tribunais militares.
- 19/VI – Servidões militares.
- 20/VI – Regime jurídico do solo e subsolo dos planaltos continentais.
- 30/VI – Projecto de decreto sobre a regulamentação do instituto da propriedade horizontal.
- 33/VI – Convenção Universal sobre o Direito de Autor (*Relator*).
- 38/VI – Execução do princípio da obrigatoriedade do registo predial.
- 41/VI – Plano de Formação Social e Corporativa.
- 42/VI – Corporações.
- 46/VI – Delitos contra a saúde pública e a economia nacional.
- 49/VI – Regime jurídico das obras de fomento hidroagrícola.

#### **VII Legislatura (1957-1961) [21]**

- 6/VII – Da nacionalidade portuguesa.
- 9/VII – Alterações a alguns artigos do Código de Processo Penal.
- 10/VII – Alteração da Constituição Política.
- 13/VII – Alteração da Constituição Política.
- 14/VII – Alteração da Constituição Política.
- 15/VII – Alteração da Constituição Política.
- 16/VII – Alteração da Constituição Política.
- 17/VII – Alteração da Constituição Política.
- 18/VII – Alteração da Constituição Política.
- 19/VII – Alteração da Constituição Política.
- 20/VII – Alteração da Constituição Política.
- 26/VII – Expropriações por utilidade pública.
- 27/VII – Alterações ao funcionamento de vários desportos.
- 28/VII – Remunerações dos corpos gerentes de certas empresas.
- 29/VII – Revisão do regime jurídico da colonização interna.
- 34/VII – Plano de valorização do Alentejo (Rega de 170 000 ha).
- 36/VII – Projecto de Regulamento das Estradas e Caminhos Municipais.

- 38/VII – Arborização rodoviária.
- 41/VII – Arrendamento da propriedade rústica.
- 42/VII – Estatuto da Saúde e Assistência.
- 45/VII – Regime do contrato de trabalho.

#### **VIII Legislatura (1961-1965) [9]**

- 3/VIII – Organização judiciária.
- 4/VIII – Valorização do património imobiliário das Misericórdias.
- 5/VIII – Escola Nacional de Saúde Pública.
- 8/VIII – Saúde mental.
- 9/VIII – Revisão da Lei n.º 2066 de 27 de Junho de 1953 (Lei Orgânica do Ultramar Português).
- 11/VIII – Propriedade da farmácia.
- 14/VIII – Colheita de órgãos e tecidos nos cadáveres.
- 15/VIII – Alterações ao Decreto-Lei n.º 28 219 de 24 de Novembro de 1937 (Uso de acendedores e isqueiros).
- 23/VIII – Orientação agrícola.

#### **IX Legislatura (1965-1969) [6]**

- 3/IX – Mar territorial e zona contígua.
- 4/IX – Regime jurídico da caça e do repovoamento.
- 12/IX - Alteração da base XXI da Lei n.º 2114, de 15 de Junho de 1962.
- 15/IX – Alteração à lei eleitoral.
- 24/IX – Declaração de utilidade pública das expropriações requeridas por empresas que explorem indústrias de interesse nacional.
- 25/IX – Regime jurídico das expropriações muito urgentes.

#### **X Legislatura (1969-1973) [10]**

- 5/X – Criação de tribunais de família.
- 6/X – Assistência judiciária.
- 33/X – Organização judiciária.
- 36/X – Estabelecimento de normas aplicáveis às sociedades comerciais.
- 37/X – Organização judiciária.
- 43/X – Registo nacional de identificação.
- 46/X – Protecção da intimidade da vida privada.
- 47/X – Agrupamentos complementares de empresas.
- 51/X – Revisão do regime de rendas de prédios destinados a habitação em Lisboa e Porto.
- 54/X – Bases da reforma penal (Penas criminais e medidas de segurança).

#### **XI Legislatura (1973-1974) [1]**

- 3/XI - Transplantações de tecidos ou órgãos de pessoas vivas.